



“O legado determinista na intervenção social: combinações possíveis. Reflexões a partir da análise de projectos de intervenção social.”

Isabel Silva Cruz

Margarida Santos Silva

Fernanda Rodrigues

Docentes da Universidade Católica Portuguesa
Centro Regional de Braga – Faculdade de Ciências Sociais

O legado determinista na intervenção social: combinações possíveis, constitui-se como ponto de partida para uma reflexão que se ancora na análise de projectos de intervenção social desenvolvidos no nosso país por entidades diversas no que se refere às suas características e propósitos.

A reflexão que propomos centra-se em questões de índole teórico-metodológico suscitadas pela avaliação realizada a diversos projectos de intervenção, questões essas que não sendo novas no âmbito das ciências sociais, ganham nova relevância face aos propósitos de privilegiar grupos sociais desfavorecidos e/ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Propomo-nos tão só actualizar reflexões sobre velhas questões, reaferindo a sua importância e pertinência.

Os “projectos sociais” em análise foram desenvolvidos no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio que tem como objectivo contribuir para a recuperação do deficit estrutural que se verifica em Portugal, nomeadamente nas áreas do emprego, da formação e do desenvolvimento social. Segundo a definição inscrita nos documentos oficiais, esta seria a primeira vez em que estes três sectores surgem articulados nos propósitos de intervenção, com o que se esperaria potenciar “*um conjunto diversificado e inovador*” de respostas para estas áreas consideradas como problemas nacionais.

Trata-se de projectos no campo do desenvolvimento social e comunitário, no qual se propõem intervir através da promoção da participação e da acção comunitária, da melhoria das competências pessoais e sociais e da formação e qualificação de agentes de desenvolvimento comunitário.

A análise realizada parte da centralidade que o conceito de acção humana assume em qualquer projecto de intervenção para, seguidamente, questionar o papel e importância do “investigador interventor”, bem como o da entidade que promove a intervenção. No trajecto percorrido é abordada a relação entre ciência e conhecimento, com particular ênfase no modo como o saber científico (re)produz conhecimento sobre a realidade e, assim, condiciona as intervenções que sobre ela se desenvolvem. Este trajecto conduzir-nos-á, inevitavelmente, à análise de uma outra relação, entre ciência e poder e, dada a diversidade de entidades e de profissionais que concebem, promovem e implementam os projectos de intervenção. Um outro eixo de reflexão explorará ainda a relação entre ciências sociais e ciências naturais. Em suma o percurso analítico escolhido dá importância a três elementos que se relacionam com a “questão social”: o conceito de acção humana; o papel e a centralidade do “investigador interventor” (profissional) na trajectória de vida dos projectos e o carácter das entidades que promovem tais projectos.

De entre os elementos que poderiam servir a análise, estes são os que consideramos centrais em contexto do trabalho de avaliação realizada. Esperamos com esta comunicação contribuir para reforçar a necessidade de

reflectir sobre eles e, simultaneamente, deixar pistas de análise de e para a intervenção social.

A condição da acção humana, de “investigador interventor” e o carácter das “entidades promotoras” de intervenção face à “questão social”

A “questão social”, tal como é referido no texto de divulgação deste congresso, tem-se constituído num dos motores do desenvolvimento das ciências sociais e humanas. Privilegiar a análise dos grupos sociais desfavorecidos e/ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social é, também, um dos factores do processo de maturação e desenvolvimento destas ciências. As diferentes correntes teóricas /paradigmas que compõem esta área do saber constituem-se em diferentes olhares que se têm vindo a construir para melhor conhecer, compreender e explicar esta questão.

No conjunto das diferentes perspectivas teóricas é possível identificar o privilegiar opções de reflexão entre o individual ou o colectivo, o conflito ou a integração harmoniosa, entre outras. Subjacente a estas perspectivas estão diferentes conceitos de indivíduo analisado enquanto “ser consciente”, produtor e produto das relações sociais ou “ser formatado”, isto é, determinado pelo processo de socialização e pela consciência colectiva. Consequentemente, poderá considerar-se que um dos elementos centrais na abordagem à “questão social” é, precisamente, o conceito de acção humana. À construção deste conceito estão visivelmente associados os contributos clássicos de três autores – K. Marx, E. Durkheim e M. Weber, pese embora a diferente apropriação e interpretação feita pelas correntes mais actuais da sociologia e pelas teorias de síntese.

Não cabe nesta apresentação uma abordagem pormenorizada destes contributos, mas importa salientar: i) por um lado, a importância que assume a consciência prática através da qual os indivíduos não só percebem e

interpretam a realidade em função dos contextos, como também desenvolvem acções conscientes, dotadas de sentido e subjectivamente orientadas, e ii) por outro lado, o maior ou menor grau de reflexividade do sujeito, associado a um carácter probabilista da liberdade e da criatividade das suas acções. Assim sendo, parece poder equacionar-se que as diferentes abordagens que atravessam os projectos de intervenção, nomeadamente ao nível das suas bases teóricas, se balizam entre um marco de acção humana de orientação mais pré-determinada e um outro marco de acção humana tendencialmente mais autónoma.

Contudo, quando atendemos às margens de liberdade e aos graus de participação dos indivíduos/grupos visados pela intervenção, constata-se que é muito reduzida a interferência nesses mesmos projectos e na natureza das acções a desenvolver no seu âmbito. Um dos tópicos de reflexão poderia levar-nos a interrogar até que ponto se poderá falar de um hiato entre a concepção de acção humana verbalizada no rationale dos projectos e pelos “investigadores interventores” e o modo como essa concepção é operacionalizada no decurso dos mesmos. Registe-se antes de mais que, com alguma regularidade, os profissionais reservam para si a definição das acções a desenvolver para a concretização dos objectivos programáticos a alcançar. Constata-se, com alguma frequência, que a possibilidade de participação dos indivíduos/grupos sobre os quais se centra a intervenção fica restringida às operações de implementação e execução e, mesmo nestas, com graus diferenciados de interferência. Enquanto alguns projectos são elaborados no sentido de oferecerem aos “seus públicos” uma diversidade de opções de formação e de participação na vida social e comunitária, cabendo a estes a escolha das mesmas, outros confinam a participação a um rito presencial nas acções previamente definidas, trabalhando um perfil de mudança definido à margem das expectativas do público-cidadão.

A própria concepção das acções é ela mesma reveladora de diferenças na operacionalização do conceito de acção humana. No conjunto dos projectos analisados várias concepções são apreensíveis, as quais podem organizar-se entre duas orientações polares: i) algumas acções são concebidas no sentido

de potenciarem recursos pessoais e/ou comunitários e, assim, contribuírem para a elaboração de novos projectos de vida que não só diminuam o grau de dependência, mas promovam a autonomia, como também o exercício da cidadania; ii) outras, diferentemente, confinam-se à sugestão mais ou menos vinculativa de modelos de comportamentos-padrão que são considerados úteis ou mesmo imprescindíveis à vida social e comunitária e dos quais os “indivíduos/grupos-alvo” são considerados completamente desprovidos.

Se no primeiro caso os projectos de intervenção se dispõem a ser moldados pelo exercício de autonomia da acção humana, no segundo caso, os projectos de intervenção constituem-se, sobretudo, como projectos de ressocialização baseados nos juízos e expectativas sobre os (que não dos) destinatários. Neste último caso parece evidenciar-se a dificuldade que tais projectos contrariam os estereótipos existentes bem como as condições para reversão da exclusão social.

Se retomarmos a distinção feita por alguns analistas sociais entre cidadania atribuída e cidadania reclamada, poderá considerar-se que nestes projectos é também visível a hesitação entre um padrão de comportamentos e benefícios pré-definidos para acesso ao estatuto de cidadania (atribuída) e a ênfase num trabalho sobre as condições e natureza da cidadania (reclamada) que se ajusta e é vigiada pelos próprios cidadãos.

O segundo tópico de reflexão centra-se sobre o “investigador interventor”, enquanto agente fundamental na análise da “questão social”, designadamente através da sua contribuição para definir projectos de intervenção, quer definindo os grupos sobre os quais se vai intervir e o modo como a intervenção se vai desenvolver.

No desempenho destas funções é visível, na maioria dos projectos, o interesse em conhecer os contextos em que os indivíduos vivem, em fazer um levantamento de necessidades locais e, em particular, dos grupos em situação de maior vulnerabilidade ou desvantagem.

Da análise dos projectos a que se procedeu veio a verificar-se que as intervenções planeadas e (parcialmente) desenvolvidas vêm a centrar-se em acções de formação e/ou acções sócio-comunitárias, o que nos deixa a interrogação sobre o papel dos públicos visados na construção dos seus próprios projectos (de vida ou outros) e, simultaneamente, de interferir na promoção e exercício da cidadania.

Em qualquer das perspectivas teóricas adoptadas, é pressuposto que o “investigador interventor” promova, ainda que de diversos modos, a integração dos grupos em situação de maior vulnerabilidade. Neste sentido, o “investigador interventor” assume, com regularidade, o papel de promotor da consciência e da reflexividade dos indivíduos/grupos sobre os problemas/realidade. Poder-se-á perspectivar aqui, a influência do legado determinista na intervenção social, quer na sua vertente de tradição marxista, quer durkheimiana. Consequentemente, e sem negligenciar a existência de outras determinantes, a intervenção pode ficar, desde o seu início, condicionada pelas características do investigador, (nomeadamente pela sua pertença de classe), as quais determinam o modo como este constrói o problema/realidade bem como os cenários que considera viáveis para a mudança. Esta característica marca decisivamente os projectos de intervenção e é reforçada pelas condições em que as candidaturas são elaboradas (escassez de tempo; não financiamento de projectos centrados exclusivamente na elaboração de diagnósticos; requisitos burocrático-administrativos muito precisos que obrigam à definição prévia dos indivíduos/grupos sobre os quais se vai intervir, bem como das acções a desenvolver; o carácter da entidade promotora). Estes alguns dos elementos que vêm a condicionar o grau de participação dos indivíduos/grupos e, na maior parte das vezes, como também já foi referido, remetem a sua participação para as fases da implementação/execução dos projectos. Do conjunto destes factores parece resultar que a maioria dos diagnósticos elaborados são “diagnósticos de peritos”, aos quais corresponde uma dimensão de leitura e não de vivência dos problemas/realidade.

Importa, pois, reflectir sobre o conhecimento produzido pela ciência e o seu grau de correspondência relativamente às representações quotidianas dos actores sociais, às suas expectativas e reais necessidades, sob pena dos projectos de intervenção se enredarem em perspectivas etnocentricas e se constituírem, como já foi salientado, em meros projectos de ressocialização atribuída. Como refere J. Machado Pais é necessária *“uma apertada vigilância epistemológica às teorias, métodos e conceitos que mais parecem moldes antecipadamente preparados a que um alfaiate desajeitado adapta laboriosamente um tecido que mal conhece – o tecido social –, fazendo com que esse tecido pareça aquilo que não é.”* Machado Pais, 2002: 33)

Um terceiro elemento que consideramos importante na análise e intervenção no campo da “questão social”, refere-se ao lugar e papel da entidade que implementa o “projecto social”. Registando-se uma cada vez maior diversidade de entidades – públicas, privadas e com ou sem fins lucrativos, profissionalizadas ou voluntárias, locais ou regionais, associativas ou empresariais –, constata-se que os projectos promovidos, os públicos seleccionados para as intervenções estão muito ligados às características e à história de cada entidade promotora. As possibilidades de inovação e de experimentação encontram-se (de)limitadas por estes factores, sendo portanto variáveis. Constata-se até que desde entidades que se ligam maioritariamente com outros campos e objectivos (por exemplo como prestadores de serviços sociais) outras existem cuja história se liga principalmente (quase em exclusividade) ao processo de candidatura e desenvolvimento destes “projectos sociais”. Neste caso pode falar-se de entidades que se constroem como “especialistas” na promoção de projectos, procurando nos mesmos condições financeiras que assegurem a sua manutenção e continuidade (ao lado e para além da vida dos projectos).

A análise realizada permite constatar a influência de uma outra característica das entidades: o seu grau de experiência. Assim, constata-se que as intervenções desenvolvidas por entidades com maior experiência centrada em territórios, parecem ser melhor sucedidas quer no que se refere à participação/implicação das populações, quer na promoção da inserção das

mesmas. Estas intervenções ancoram-se em traços sócio-culturais dos territórios e na valorização identitária dos mesmos. Consequentemente, é possível questionar o grau de inserção alcançado quando os projectos se centram em públicos designadamente quando se trata de públicos de reconhecida vulnerabilidade. Nalguns casos pode-se reconhecer uma ténue fronteira entre os contributos para a inserção a par de um teor estigmatizante de algumas actividades. Assim, e apenas como exemplo ilustrativo, trabalhar num dado espaço com beneficiários do rendimento mínimo ou jovens em situação de abandono escolar intervindo na melhoria da sua auto-estima/níveis de aprendizagem, pode também referenciar esse espaço/público como espaço e público à parte, isto é, que pode ser visto como na margem mesmo quando é tornado centro. Este é, aparentemente um risco menos sinalizado em intervenções que se centram no território.

Neste sentido, importa realçar que a inserção destes públicos parece ser facilitada / potenciada quando a intervenção não se circunscreve aos mesmos mas se alarga a todos os grupos sociais de um mesmo território. Igual grau de sucesso foi verificado em projectos em que se estabelece uma forte relação entre os públicos em situação de maior vulnerabilidade ou exclusão social e os traços sócio-culturais dos territórios em que estes residem. Esta associação reforça os elementos identitários e promove a inserção destes grupos. Parece então poder concluir-se que se alcançam melhores condições de integração em contexto de iniciativas que visam a integralidade dos factores e sujeitos excludentes e excluídos.

Acresce, ainda, que um número significativo dos projectos de intervenção analisados são desenvolvidos no âmbito de instituições relacionadas com o Estado (directa ou indirectamente), facto que remete para considerações sobre a relação entre a ciência e o poder instituído. Consideramos que a análise desta relação assume particular relevo e pertinência no domínio da intervenção social na medida em que, como já foi referido, a “questão social” constitui-se como um dos factores do processo de maturação e desenvolvimento das ciências sociais. São já amplamente conhecidas as influências de factores económicos, políticos e sociais sobre este processo de desenvolvimento

(Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais: 1996), podendo importar, agora, que se abordem as condições decorrentes do facto de uma parte significativa das entidades que promovem projectos de intervenção social estar directa ou indirectamente dependente do Estado. Um conjunto de interrogações ficam sugeridas: i) qual a natureza desta dependência? ii) de que modo esta dependência interfere na definição dos grupos sociais desfavorecidos e/ou em situação de vulnerabilidade ou exclusão social; iii) como influencia o tipo de intervenção que é desenvolvida no âmbito destes projectos? iv) de que modo a existência destes projectos desenvolvidos no seio de entidades estatais (ou para-estatais) «inibe/adia» o desenvolvimento de uma política social em Portugal, isto é, vai desenvolvendo medidas sem políticas?

Questões teórico-metodológicas com consequências para a intervenção na “questão social”

Importa, desde logo, salientar a articulação entre os pressupostos teóricos que sustentam a intervenção e as metodologias utilizadas. A opção pela intervenção ao nível individual e a influência já referida da orientação da abordagem determinista na compreensão da realidade social têm-se prolongado do ponto de vista metodológico em perspectivas de orientação mais quantitativa e onde a interferência dos objectos analisados não é nem esperada nem estimulada. No âmbito dos projectos analisados, pesando embora o predomínio da dimensão individual e das perspectivas deterministas (visível na procura de factores como formação/capacitação dos indivíduos) para atingir os objectivos (qualificação que obste à exclusão), constata-se que recorrentemente se procura legitimação metodológica em procedimentos participativos e de pendor qualitativo. A aparente possível conjugação entre o determinismo e o qualitativo merecem uma análise de aprofundamento.

Quanto às questões teórico metodológicas, um outro tópico de reflexão pode ser buscado na relação entre a concepção do projecto e a sua execução e implementação. Da análise a que se procedeu parece existir em sede de concepção dos projectos (a qual tem que ver com o processo da sua candidatura e selecção), uma preocupação em definir o “metodologicamente aceitável”, que no caso se traduz no privilegiar das metodologias participativas e de investigação-acção. Contudo duas questões se interpõem na concretização desta óptica metodológica: i) a natureza da relação com os públicos visados; ii) a temporalidade determinada das intervenções. De facto a participação dos públicos tem condições e exigências maiores do que a sua eventual auscultação nas fases da implementação e execução. De igual modo não se implementam metodologias participativas sem se incrementarem relações de proximidade com os públicos visados. Por outro lado ainda todo este arsenal de construção de relações e proximidade desafia contrariando a viabilidade esperada através projectos de curta duração.

Ainda no domínio da natureza dos “projectos sociais” analisados e no que concerne à promoção de uma efectiva implicação da população abrangida, verificou-se existir algum desfasamento entre o teor das iniciativas e a leitura das necessidades da população visada. A título exemplificativo saliente-se o caso dos “projectos sociais” centrados na melhoria das qualificações pessoais e sociais (formação) de indivíduos/grupos em situação de maior vulnerabilidade. Quando esta intervenção não se encontra ancorada num trabalho anteriormente desenvolvido junto da população que permitiu ou conduziu à elaboração de um diagnóstico, a participação restringe-se, por via de regra, à fase de execução/implementação, logo dispensando a leitura e adequação permeada pelos públicos destinatários. Acresce ainda que no conjunto das formações organizadas no âmbito destes projectos, frequentemente, tomam prioridade áreas de baixa ou nula empregabilidade, o que faz delas formações mais de teor individual do que sócio-profissional. De novo em causa o tipo de ressocialização promovida para indivíduos/grupos vulneráveis em função dos quais se privilegia uma orientação que favoreça o acréscimo de competências pessoais, deixando menos visados outros factores igual ou superiormente excludentes. O universo de compreensão da

participação remete, neste caso, os destinatários para os bons desempenhos individuais em projectos marcados por leituras e vivências alheias.

Finalmente uma outra questão é suscitada pela análise dos “projectos sociais” onde se visa privilegiar o território. Ao fazê-lo pode pressupor-se um deslocamento do objecto das ciências sociais na medida em que a realidade social passa a ser vista como equivalente ao indivíduo + meio físico. Esta orientação sugere que se perspetive a relação entre ciências sociais e ciências naturais. Trata-se menos da questão da delimitação de cada um dos domínios científicos para a importância de salientar as articulações possíveis na forma contributos, complementaridades e cenários potenciados por este transito interdisciplinar. E aqui várias outras questões podem levantar-se, desde logo, como se acolhem e se vêm a expressar na intervenção sobre o social? Esta questão ganha força ao constatarmos que algumas das equipas técnicas que promovem “projectos sociais” vêm sendo progressivamente constituídas por profissionais oriundos de outras áreas do saber (que não as “tradicionais” - ciências sociais).

Nos projectos analisados configuraram-se como dominante leituras da realidade social próximas dos contributos deterministas mais clássicos, pese embora a impossibilidade de desconhecer (e enunciar) orientações que trazem no bojo propostas diferenciadas (caso das leituras compreensivas e de envolvimento participativo dos objectos/sujeitos). Julgamos que pesa nesta orientação o facto de que associado aos “projectos sociais” estão práticas continuadas de intervenção profissional e institucional. Visivelmente pode falar-se de um desfasamento entre o crédito e potencial afirmado face a leituras multifacetadas da realidade social e um pendor de intervenções frequentemente enredado em objectivos, prioridades e modos de relação mais aparentados com propósitos de promover para e menos de promover com.

Bibliografia:

Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das Ciências Sociais (1996), *Para abrir as Ciências Sociais*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

LOPES, J. Teixeira (2000), “Itinerário Teórico em torno da Produção dos Fenómenos Simbólicos”, *Revista da Faculdade de Letras*, Vol. 10, Porto, pp. 27-78.

PAIS, J. Machado (2002), *Sociologia da Vida Quotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), (2000), Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Comunidade Europeia, Fundo Social Europeu.

Seminário Divulgação de Resultados do Estudo de Avaliação dos Projectos Implementados na Tipologia 5.1.2 – Desenvolvimento Socio-Comunitário, Julho 2004, Coimbra.

STOER, S. e MAGALHÃES, A., (2003), “A reconfiguração do Contrato Social Moderno – Novas Cidadanias e Educação”, in RODRIGUES, D. (Org.), *Perspectivas Sobre a Inclusão – Da Educação à Sociedade*, Porto, Porto Editora, pp. 13 – 24.